



1ª Série de 2013 de Artigos de Opinião (fevereiro de 2013)

Publicado em [14 de fevereiro de 2013](#) por [Conselho de Coordenação](#)

1ª Série de 2013 de Artigos de Opinião (fevereiro de 2013)

A primeira série de 2013 de artigos de opinião da Plataforma Barómetro Social já se encontra disponível. Consulte e comente as ideias defendidas pelas/os autoras/es.

O Conselho de Coordenação e o Conselho de Edição da plataforma desejam-lhe boas leituras e reflexões.

[Lista de artigos publicados](#)

[Governação do risco de desastres naturais: uma equação a várias incógnitas](#) – **Pedro Pinto dos Santos**

[Arte, espaço e cidade ou Kit Garden, de Joana Vasconcelos](#) – **Teresa Duarte Martinho**

[Capital Social das elites parlamentares portuguesas](#) – **Jorge Almeida**

[A Estrutura de Despesa dos Principais Grupos de Rendimento – Uma Aplicação a Portugal](#) – **Sandrina Berthault Moreira**

[Tempo, consumo e crise: três peças da ágora do presente](#) – **Emília Rodrigues Araújo**

[Problematizando a agenda cultural e criativa: novos trilhos de investigação sociológica hoje](#) – **Pedro Quintela**

[Entrar no ENTRADO – breves andamentos de um projeto teatral](#) – **Natália Azevedo**

[A bicicleta: o valor da corrente para manter o equilíbrio e melhorar a vida](#) – **Ana Santos**

[Correr com a troika: sobre os usos de uma história do atletismo](#) – **Rahul Kumar**

Doping no desporto – a potenciação espúria da performance humana – **José Augusto Rodrigues dos Santos**

Integração, normalização e diferenciação: algumas reflexões para (não) balizar a discussão (I) – **Maria José Casa-Nova**

Integração, normalização e diferenciação: algumas reflexões para (não) balizar a discussão (II) – **Maria José Casa-Nova**

Breve Retrato Sociográfico dos Núcleos Reconstituídos em Portugal – **Cristina Cunha**

Parentalidade: contributo para uma definição do conceito – **Margarida Mesquita**

Uma outra economia: o caso de um empreendimento económico solidário no Brasil – **Mafalda Gomes e Cristina Parente**

A insustentável leveza do discurso nacional de saúde – **Marta Roriz**

A Estrutura de Despesa dos Principais Grupos de Rendimento – Uma Aplicação a Portugal

Publicado em 14 de fevereiro de 2013 por [Conselho de Coordenação](#)

Dimensão analítica: Condições e Estilos de Vida

Título do artigo: A Estrutura de Despesa dos Principais Grupos de Rendimento – Uma Aplicação a Portugal

Autora: Sandrina Berthault Moreira

Filiação institucional: ESCE-IPS, Departamento de Economia e Gestão e BRU-IUL

E-mail: sandrina.moreira@esce.ips.pt

Palavras-chave: Categorias de despesa, Pobreza, Riqueza.

Uma abordagem nova e integrada para a medição da desigualdade na distribuição do rendimento, da pobreza e da riqueza foi recentemente proposta. Tomando-a por suporte e considerando o caso português, procuramos caracterizar os agregados que se inserem nos principais grupos de rendimento em função da sua estrutura de despesa. A evidência obtida revela acentuadas divergências nessas estruturas, com maior peso das despesas em bens básicos de consumo por parte dos agregados mais pobres.

Crespo *et al.* (2012) [1] propuseram uma abordagem integrada dos fenómenos da desigualdade, da pobreza e da riqueza. O primeiro passo na análise consiste numa nova medida de desigualdade na distribuição do rendimento, calculada ao nível do agregado. Esse indicador de desigualdade I pode ser definido da seguinte forma:

$$I = \alpha \sum_{i=1}^N |\psi_i - \lambda_i| \quad (1)$$

em que:

$$\psi_i = \frac{Y_i}{\sum_{i=1}^N Y_i} \quad (2)$$

e

$$\lambda_i = \frac{D_i}{\sum_{i=1}^N D_i} \quad (3)$$

N é o número total de agregados analisados. Y_i representa o rendimento total do agregado i , enquanto D_i expressa o número de adultos equivalentes desse agregado [3]. Logo, λ_i é o peso do agregado i no total dos agregados analisados em termos de rendimento e ψ_i é o seu peso relativo em termos de adultos equivalentes. A situação de igualdade na distribuição do rendimento verifica-se quando esses pesos se igualam para todos os agregados, i.e. .

Tomando por base esse rácio, o segundo passo da metodologia consiste em fixar critérios que permitam definir os principais grupos de rendimento, designadamente, se o agregado i é pobre (P), pertencente à classe média (MC) ou rico (R). Assim:

$$S_i = \begin{cases} R & \text{se } \psi_i / \lambda_i > \nu \\ MC & \text{se } 1/\beta \leq \psi_i / \lambda_i \leq \nu \\ P & \text{se } \psi_i / \lambda_i < 1/\beta \end{cases} \quad (4)$$

em que $\beta, \nu \geq 1$.

Tendo por base o procedimento descrito, procuramos averiguar se os agregados que se inserem nos principais grupos de rendimento identificados possuem características que os demarcam entre si em termos de distribuição da despesa. Para esse efeito, podemos, por exemplo, considerar $b=u=2$, pelo que se é pobre, quando um agregado tem um peso relativo em termos de rendimento que corresponde a menos de metade do seu peso relativo em termos de adultos equivalentes e rico quando dispõe de mais do dobro da proporção de recursos que deveria dispor. Usamos os micro-dados do Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF), disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), referente a 2005/2006, os quais apresentam informação relativa ao rendimento e sobre a estrutura da despesa exibida por cada agregado [b]. A Tabela 1 apresenta os resultados da análise da estrutura da despesa dos agregados integrados em classes de rendimento diferentes.

Tabela 1 – Peso das diferentes categorias de despesa por situação de rendimento

$\frac{\psi_i}{\lambda_i}$	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
]0; 0,25[26,16	5,72	3,38	27,32	4,09	6,77	7,08	4,45	3,36	0,71	6,47	4,50
]0,25; 0,5[24,49	3,85	3,35	28,27	3,84	9,05	7,42	3,40	3,45	0,51	7,27	5,12
]0,5; 0,6[21,79	2,77	3,46	29,67	4,02	8,12	9,73	3,23	3,64	0,44	7,58	5,57
]0,6; 1[18,45	2,85	3,71	29,47	3,87	6,66	12,28	3,20	4,05	0,78	9,13	5,54
]1; 2[14,00	2,08	4,14	27,44	4,58	5,88	13,72	2,99	5,74	1,44	11,62	6,36
]2; 4[10,26	1,27	4,60	25,64	7,00	5,10	14,38	2,79	7,83	2,27	11,93	6,93
≥ 4	8,18	1,12	5,10	23,76	10,90	4,53	12,36	2,35	8,05	3,63	12,79	7,25

Nota: 1 – Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas; 2 – Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos/estupefacientes; 3 – Vestuário e calçado; 4 – Habitação, despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis; 5 – Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação; 6 – Saúde; 7 – Transportes; 8 – Comunicações; 9 – Lazer, distração e cultura; 10 – Ensino; 11 – Hotéis, restaurantes, cafés e similares; 12 – Outros bens e serviços.

A leitura da Tabela 1 permite reter algumas conclusões interessantes. Primeiro, confirma-se a existência de diferenças muito acentuadas em função do rendimento, revelando-se este, portanto, um fator determinante da estrutura de despesa. Segundo, como esperado, os bens básicos de consumo evidenciam um peso superior na estrutura de despesa dos agregados situados em escalões mais

baixos de rendimento. É esse o caso, sobretudo da categoria 1 (bens alimentares e bebidas não alcoólicas) mas também das categorias 2 (bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos/estupefacientes) e 8 (comunicações) [c]. Terceiro, por oposição ao caso anterior, noutro tipo de bens e serviços – como as categorias 3 (vestuário e calçado), 5 (móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação), 7 (transportes), 9 (lazer, distração e cultura), 11 (hotéis, restaurantes, cafés e similares) e 12 (outros bens e serviços) – passa-se o oposto, com essas categorias a representarem uma fração maior no caso de agregados mais ricos. Quarto, a categoria 4 (habitação, despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis) representa – qualquer que seja o escalão considerado – a fração mais relevante no total das despesas, com um valor superior a 25% em todas as categorias com exceção dos agregados mais ricos, nos quais representa um pouco menos (23,76%). Finalmente, no que respeita à categoria relativa a despesas de ensino (categoria 10), verifica-se, como esperado, que ela apenas assume uma dimensão significativa nos escalões mais elevados de rendimento.

Em síntese, a nova metodologia para a definição dos vários grupos de rendimento corrobora muitos dos resultados habitualmente espetáveis na análise da estrutura das despesas dos agregados situados em níveis distintos da distribuição de rendimento.

Notas

[a] O rendimento ajustado à dimensão e composição do agregado – rendimento por adulto equivalente – não ignora a existência de economias de escala geradas pela partilha de habitação e de despesas.

[b] O IDEF é um inquérito de grande dimensão associado a um questionário a ser preenchido pelos agregados com informação muito detalhada sobre todas as despesas familiares (e individuais). Inclui ainda dados demográficos, de rendimento, e de consumos não correntes, obtidos através de entrevista direta. Os resultados da vaga do inquérito utilizada (referente a 2005/2006) baseiam-se numa amostra representativa da economia portuguesa abrangendo 10.403 agregados e um total de 28.359 indivíduos.

[c] Portugal tem uma elevada taxa de penetração de telemóveis – 14,9 milhões de assinantes do serviço móvel terrestre (em média 1,4 por habitante) no ano de 2008 (INE, 2009) [2].

[1] Crespo, N., Moreira, S. e Simões, N. (2012), *An Integrated Approach for the Measurement of Inequality, Poverty and Richness*, BRU-IUL Working Paper No. 12-03, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL).

[2] INE (2009), *Anuário Estatístico de Portugal 2008*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.